

Graça Donegati

27º CONGRESSO APROVA PLANO DE LUTAS E REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

Com o tema “Educação pública: palco privilegiado da prática educativa”, o SINPEEM promoveu, entre os dias 18 e 21 de outubro, o seu 27º Congresso de Educação, no Palácio das Convenções do Anhembi, reunindo mais de quatro mil docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio. Além da variedade de temas apresentados nos 33 grupos de interesse – um painel e 32 palestras –, os congressistas participaram de várias atividades culturais e das plenárias, nas quais aprovaram o Plano de Lutas e as reivindicações da categoria. **Páginas 3 a 14**

Grupos de interesse debateram os mais variados temas sobre o cotidiano escolar
Páginas 4 a 10

5,39% de reajuste sobre todos os padrões de vencimentos em novembro. Conquista do SINPEEM!
Página 15

Não à PEC 241, que retira direitos dos servidores e dos trabalhadores em geral
Página 16

**PROJEÇÃO FEITA PELO SINPEEM DAS
TABELAS DE VENCIMENTOS DE MAIO DE 2016
DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

*REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à Educação - Jornada 40 horas semanais					
REF/GRAUS	A	B	C	D	E
QPE-01	1.069,92	1.139,46	1.213,53	1.292,40	1.376,41
QPE-02	1.139,46	1.213,53	1.292,40	1.376,41	1.465,88
QPE-03	1.213,53	1.292,40	1.376,41	1.465,88	1.561,16
QPE-04	1.292,40	1.376,41	1.465,88	1.561,16	1.662,63
QPE-05	1.376,41	1.465,88	1.561,16	1.662,63	1.770,71
QPE-06	1.465,88	1.561,16	1.662,63	1.770,71	1.885,81
* QPE-07	1.561,16	1.662,63	1.770,71	1.885,81	2.008,38
* QPE-08	1.662,63	1.770,71	1.885,81	2.008,38	2.138,93
* QPE-09	1.770,71	1.885,81	2.008,38	2.138,93	2.277,96
* QPE-10	1.885,81	2.008,38	2.138,93	2.277,96	2.426,02
* QPE-11	2.008,38	2.138,93	2.277,96	2.426,02	2.583,71
* QPE-12	2.138,93	2.277,96	2.426,02	2.583,71	2.751,66
* QPE-13	2.277,96	2.426,02	2.583,71	2.751,66	2.930,51
* QPE-14	2.426,02	2.583,71	2.751,66	2.930,51	3.120,99
JB - 20 horas/aula					
QPE-11	1.190,48	1.267,87	1.350,28	1.438,05	1.531,52
QPE-12	1.267,87	1.350,28	1.438,05	1.531,52	1.631,07
QPE-13	1.350,28	1.438,05	1.531,52	1.631,07	1.737,09
QPE-14	1.438,05	1.531,52	1.631,07	1.737,09	1.850,00
QPE-15	1.531,52	1.631,07	1.737,09	1.850,00	1.970,25
QPE-16	1.631,07	1.737,09	1.850,00	1.970,25	2.098,32
QPE-17	1.737,09	1.850,00	1.970,25	2.098,32	2.234,71
QPE-18	1.850,00	1.970,25	2.098,32	2.234,71	2.379,96
QPE-19	1.970,25	2.098,32	2.234,71	2.379,96	2.534,66
QPE-20	2.098,32	2.234,71	2.379,96	2.534,66	2.699,41
QPE-21	2.234,71	2.379,96	2.534,66	2.699,41	2.874,88
QPE-22	2.379,96	2.534,66	2.699,41	2.874,88	3.061,74
QPE-23	2.534,66	2.699,41	2.874,88	3.061,74	3.260,76
JB - 30 horas/aula - Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	1.785,78	1.901,85	2.025,48	2.157,20	2.297,41
QPE-12	1.901,85	2.025,48	2.157,20	2.297,41	2.446,68
QPE-13	2.025,48	2.157,20	2.297,41	2.446,68	2.605,70
QPE-14	2.157,20	2.297,41	2.446,75	2.605,78	2.775,16
QPE-15	2.297,41	2.446,75	2.605,78	2.775,16	2.955,55
QPE-16	2.446,75	2.605,78	2.775,16	2.955,55	3.147,66
QPE-17	2.605,78	2.775,16	2.955,55	3.147,66	3.352,25
QPE-18	2.775,16	2.955,55	3.147,66	3.352,25	3.570,15
QPE-19	2.955,55	3.147,66	3.352,25	3.570,15	3.802,21
QPE-20	3.147,66	3.352,25	3.570,15	3.802,21	4.049,35
QPE-21	3.352,25	3.570,15	3.802,21	4.049,35	4.312,56
QPE-22	3.570,15	3.802,21	4.049,35	4.312,56	4.592,87
QPE-23	3.802,21	4.049,35	4.312,56	4.592,87	4.891,41
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
** QPE-11	2.380,97	2.535,74	2.700,56	2.876,29	3.063,24
** QPE-12	2.535,74	2.700,56	2.876,29	3.063,24	3.262,14
** QPE-13	2.700,56	2.876,29	3.063,24	3.262,14	3.474,18
** QPE-14	2.876,29	3.063,24	3.262,36	3.474,41	3.700,25
** QPE-15	3.063,24	3.262,36	3.474,41	3.700,25	3.940,76
** QPE-16	3.262,36	3.474,41	3.700,25	3.940,76	4.196,91
** QPE-17	3.474,41	3.700,25	3.940,76	4.196,91	4.469,71
** QPE-18	3.700,25	3.940,76	4.196,91	4.469,71	4.760,24
** QPE-19	3.940,76	4.196,91	4.469,71	4.760,24	5.069,66
** QPE-20	4.196,91	4.469,71	4.760,24	5.069,66	5.399,19
** QPE-21	4.469,71	4.760,24	5.069,66	5.399,19	5.750,13
** QPE-22	4.760,24	5.069,66	5.399,19	5.750,13	6.123,89
** QPE-23	5.069,66	5.399,19	5.750,13	6.123,89	6.521,95
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	3.174,75	3.381,11	3.600,89	3.834,94	4.084,34
QPE-12	3.381,11	3.600,89	3.834,94	4.084,34	4.349,82
QPE-13	3.600,89	3.834,94	4.084,34	4.349,82	4.632,42
QPE-14	3.834,94	4.084,34	4.349,82	4.632,42	4.933,52
QPE-15	4.084,34	4.349,82	4.632,56	4.933,67	5.254,36
QPE-16	4.349,82	4.632,56	4.933,67	5.254,36	5.595,89
QPE-17	4.632,56	4.933,67	5.254,36	5.595,89	5.959,63
QPE-18	4.933,67	5.254,36	5.595,89	5.959,63	6.347,00
QPE-19	5.254,36	5.595,89	5.959,63	6.347,00	6.759,56
QPE-20	5.595,89	5.959,63	6.347,00	6.759,56	7.198,93
QPE-21	5.959,63	6.347,00	6.759,56	7.198,93	7.666,86
QPE-22	6.347,00	6.759,56	7.198,93	7.666,86	8.165,21
QPE-23	6.759,56	7.198,93	7.666,86	8.165,21	8.695,95
QPE-24	7.198,93	7.666,86	8.165,21	8.695,95	9.261,18
J-40 horas / agentes de apoio e vigias					
B-1				755,00	
B-2				804,14	
B-3				856,37	
B-4				912,00	
B-5				971,33	
B-6				1.034,44	
B-7				1.101,67	
B-8				1.173,33	
B-9				1.249,53	
B-10				1.330,81	

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs ** Corresponde à tabela de vencimentos dos PEIs

Observação: até o fechamento desta edição as novas tabelas de maio, com o reajuste de 3,74%, ainda não haviam sido publicadas no DOC.

Eleições, PEC, reformas e problemas

Realizadas as eleições municipais, ficam ainda mais evidentes os problemas e dúvidas que tomam as preocupações dos servidores públicos e dos demais trabalhadores.

Os prefeitos eleitos terão de enfrentar graves problemas fiscais, com queda de receitas e aumento das pressões de despesas em ambiente de tensão social crescente, agravado pelo crescente desemprego.

A PEC 241/16, por exemplo – aprovada na Câmara dos Deputados e que tramita no Senado Federal agora como PEC 55/16 –, fixa teto para os gastos públicos, tendo como limite as despesas do ano anterior, corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que valerá pelos próximos 20 anos; prevê a desvinculação das receitas com educação e saúde e sanções para os entes federados que descumprirem as normas, como a proibição de concessão de reajustes para os servidores públicos e a realização de concurso.

O PL 257/16, por sua vez, que dispõe sobre a renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União, também prevê a desvinculação das receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para a saúde.

Já a proposta de reforma da Previdência aumenta a idade mínima de

aposentadoria para 65 anos, para homens e mulheres, bem como a alíquota de contribuição dos servidores de 11% para 14%.

Todas são mudanças que colocam sobre os ombros dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral o ônus da reforma fiscal.

Diante deste quadro preocupante e frente ao novo governo Dória, que assumirá a Prefeitura de São Paulo em 01 de janeiro de 2017, o SINPEEM, como em qualquer outro governo, manterá o seu posicionamento independente e combativo, lutando por valorização, aumento dos pisos, incorporações, aumento real e pressionando para que os reajustes dos docentes, gestores e Quadro de Apoio, previstos até 2018 – conquistados pelo sindicato e garantidos em leis próprias – sejam assegurados, além do atendimento às demais reivindicações da categoria e manutenção de todos os nossos direitos.

A luta continua.

Juntos somos fortes!

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-000 - Luz - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br – e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br – imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente Claudio Fonseca
Vice-presidente José Donizete Fernandes
Secretário-geral Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretária-geral Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Finanças Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças Cleide Filizola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio Josafá Araújo de Souza
Secretário de Imprensa e Comunicação Adelson Cavalcanti de Queiroz
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação Lourdes Quadros Alves
Secretária de Assuntos Jurídicos Nilda Santana de Souza
Vice-secretário de Assuntos Jurídicos Almir Bento de Freitas
Secretária de Formação Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Vice-secretário de Formação Edson Silvino Barbosa da Silva
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais Patrícia Pimenta Furbino
Secretário de Política Sindical João Baptista Nazareth Jr.
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio José Corsino da Costa
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio Fábio Figueiredo Resende
Secretária de Seguridade Social/Aposentados Júlia Maia
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora Luzinete Josefa da Rocha
Secretária de Políticas Sociais Lílian Maria Pacheco
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização Regional Eliazar Alves Varela

DIRETORES REGIONAIS

Alexandre Pinheiro Costa - Ariana Matos Gonçalves
Célia Cordeiro da Costa - Cleusa Maria Marques
Eduardo Henriques de Macêdo - Gabriel Vicente França
Maria Aparecida Freitas Sales - Nelice Isabel Fonseca Pompeu
Priscila Pita - Renato Rodrigues dos Santos
Ricardo Cardoso de Moraes - Romildo Rodrigues da Conceição
Rosemeire Rodrigues Bittencourt



Journalista responsável: Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves – 60 mil exemplares

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

27º Congresso do SINPEEM reuniu 4 mil

Realizado entre os dias 18 e 21 de outubro, no Palácio das Convenções do Anhembi, o 27º Congresso do SINPEEM reuniu cerca de quatro mil profissionais de educação, entre docentes, gestores, Quadro de Apoio e agentes de apoio, eleitos em suas unidades para participar do evento.

Tendo em vista a crise política e econômica do país, com o tema “Educação pública: palco privilegiado da prática educativa”, o congresso teve como finalidade debater as várias nuances do ensino, desafios com as novas políticas que poderão ser impostas a todos os trabalhadores e possibilidades de mudanças para que haja maior integração entre o poder público, a família e a comunidade escolar no processo ininterrupto de busca por educação pública gratuita, laica e de qualidade social para todos, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Durante os quatro dias do evento os congressistas participaram de um painel e de 32 palestras sobre os mais variados assuntos, que abordaram temas sobre projetos políticos pedagógicos, formação, relacionamento interpessoal, importância da leitura e da escrita, violência, saúde dos profissionais de educação, tecnologias, inclusão, ética, questões étnico-racial e de gênero, diversidade, sustentabilidade, empoderamento feminino, mediação de conflitos, gestão escolar, educação integral, educação infantil, papel do Quadro de Apoio, crise política e econômica, entre outros.

Também contaram com a Mostra de Arte e Cultura (MAC). Em todos os intervalos do almoço os associados puderam assistir aos shows musicais, de dança, sarau e peça teatral, unindo formação às atividades culturais e discussões políticas das plenárias, que têm como finalidade debater e deliberar sobre organização do ensino, funcionamento das escolas, condições de trabalho, direitos funcionais, saúde do trabalhador, quadros profissionais, desenvolvimento na carreira, valorização profissional e salarial, financiamento da educação e conjunturas nacional, estadual e municipal, que atingem a categoria e os demais servidores e trabalhadores em geral.



Fernando Carbozo

Na cerimônia de abertura do Congresso o presidente Claudio Fonseca falou da importância do evento

Organização e logística

Para realizar o evento, o SINPEEM contou com a participação de mais de 500 profissionais, além dos funcionários do sindicato, que garantiram a organização e logística do evento, desde a recepção dos delegados ao controle de presença, iluminação, som, informática e atendimento.

Nos quatro dias de congresso o SINPEEM ofereceu transporte a todos que fizeram esta opção

de locomoção. Também foram servidas mais de 16 mil refeições no restaurante montado no Anhembi exclusivamente para atender aos congressistas que, a exemplo dos anos anteriores, receberam todo o material impresso necessário (dinâmica, Regimento, caderno de sinopses, Texto Referência e Emendas), juntamente com bolsa personalizada, para acompanhar aos trabalhos.

Categoria aprova a estrutura e a dinâmica dos trabalhos

Neste ano, para imprimir a comprovante de participação no Congresso, os associados tiveram de preencher a avaliação on-line. Os resultados servirão como parâmetros para SINPEEM organizar o evento de 2017.

De acordo com as avaliações preenchidas até o dia 08 de novembro, 91,19% dos participantes querem a manutenção dos grupos de interesse e das plenárias da forma como vêm sendo organizados e 92,91% aprovaram os temas desse ano.

A recepção e o credenciamento do 27º Congresso

tiveram a aprovação de 96,22% e o controle de presença de 96,98%, enquanto o transporte oferecido pelo sindicato foi aprovado por 81,33% dos usuários.

Já as apresentações culturais, entre shows musicais, dança e espetáculo teatral, foram aprovados por 94,71% dos participantes. Além disso, 90,6% afirmaram que utilizarão os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação em sala de aula.

Esses dados demonstram que a organização geral dos congressos promovidos pelo SINPEEM tem sido positiva, bem estruturada e deve ser mantida.

Escola pública: palco privilegiado da prática educativa

Com tema homônimo ao do 27º Congresso, no painel de abertura do evento os palestrantes Maristela Angotti, professora doutora do Departamento de Didática da FCL da Unesp; Miguel Arroyo, professor titular emérito da Faculdade de Educação da UFMG, Maria Raquel Caetano, doutora em Educação e coordenadora de pós-graduação do FSUL-R, e Elvira Souza Lima, pesquisadora em desenvolvimento humano, neurociências e antropologia, debateram a importância da educação pública, da valorização do ensino

e de seus profissionais, ressaltando que a escola pública é um espaço privilegiado de formação, de desenvolvimento humano, de democracia e de construção social da cidadania.

Lembraram que o momento político do país impõe ainda mais desafios aos trabalhadores, em função dos ataques aos seus direitos. Além de destacarem questões políticas e econômicas, os palestrantes frisaram a necessidade de reforçar a autonomia da escola, com gestão pública e interlocução com a família.



BNCC e o domínio dos agentes privados

Para o SINPEEM, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista desde a Constituição de 1988, não se faz sem a participação dos docentes e, respeitadas as características e peculiaridades locais, tem de servir para definir e organizar os conteúdos mínimos que as escolas, públicas e privadas, devem abordar em sala de aula, da educação infantil ao ensino médio.

“Recentemente, os defensores do projeto “Escola sem partido” vêm criando uma ofensiva vi-

sando desconstruir a educação, o papel da escola e do professor e dos parques direitos conquistados nos últimos anos. Por isso, é necessário enfrentar essa disputa criando espaços para a discussão sobre quais projetos de nação e de educação queremos para as próximas décadas”, frisou Maria Raquel Caetano, doutora em Educação e coordenadora de pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (FSUL-R).

As faces da violência e a preservação da escola



A criação de políticas públicas que aplaquem a violência, dentro e no entorno da escola – desde intimidações físicas e verbais à degradação do espaço físico, furto, atos de vandalismo, inclusive porte de armas e tráfico de entorpecentes, assim como o seu consumo –, integra a pauta de reivindicações do SINPEEM e consta, inclusive, em Protocolos de Negociação assinados pelo governo municipal, que os tem negligenciado.

Para Sérgio Kodato, professor

de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, a responsabilidade por projetos contra a violência não pode ser exclusiva da escola e de seus profissionais. Porém, esta questão deve estar contemplada no projeto político-pedagógico, exigindo o envolvimento do coletivo escolar e participação de todos na prevenção e resolução de conflitos e busca incessante por uma nova escola, baseada nos princípios da solidariedade, não violência e respeito ao próximo.



PPP: a construção coletiva da identidade e as diretrizes pedagógicas da escola

Para Celso dos Santos Vasconcelos, doutor em Educação e mestre em História e Filosofia da Educação, e Miguel Arroyo, professor titular emérito da Faculdade de Educação da UFMG, quando se consegue a articulação entre o que se quer (marco referencial), a realidade que se tem (diagnóstico) e o que será feito para diminuir esta distância (programação/plano de ação), o projeto político-pedagógico se torna um efetivo instrumento de melhoria

da qualidade democrática da educação.

O SINPEEM defende que o PPP estimule a participação efetiva da comunidade escolar em sua construção e na gestão escolar, por meio do Conselho, de caráter deliberativo, como maneira efetiva de produzir motivação e mobilização que resultem na transformação do espaço escolar em um ambiente propício para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.



Um olhar da filosofia sobre a figura do professor



Mesmo com as profundas mudanças na sociedade ao longo dos anos, a figura do professor continua tendo importante relevância para a formação do cidadão.

No entanto, o professor precisa ter consciência de que não há conhecimento absoluto, pois tudo está em constante transformação. Segundo Gadotti (1998), “todo saber traz consigo sua própria superação”. Por isso, o professor não deve nem pode se colocar

numa posição de superioridade, mas de dignidade.

“Mais do que um valor econômico ou social, o ofício docente se caracteriza por sua dignidade, ou seja, por um significado que não se deixa apreender a partir da mensuração de suas eventuais funções sociais ou de seus alegados impactos econômicos”, disse José Sérgio Fonseca de Carvalho, livre-docente em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo.

A importância do ato de ler e interpretar

Um dos maiores desafios dos educadores é fazer com que os alunos se apropriem, de fato, do conhecimento. Obviamente, tem como caminho a leitura para o desenvolvimento de competências linguísticas. Afinal, “ler se aprende lendo e pensando sobre o que se lê”.

De acordo com Silvia M. Gasparian Colello, da Faculdade de Educação da USP, e Sandra Bozza, mestre em Ciências da Educação, por um lado, a apren-

dizagem da leitura deve incorporar as múltiplas linguagens e recursos de comunicação e, por outro lado, deve incidir sobre diferentes campos do saber. É nessa ótica que se pode entender a alfabetização no contexto das práticas interdisciplinares e dos multiletramentos.

Utilizar a leitura como interação social é o ponto de partida e de chegada para o desenvolvimento das competências linguísticas e de todos os saberes.



Protagonismos infantil e juvenil

A maioria das escolas ainda trata os alunos de forma paternalista. Cultura reforçada pela família. Valorizam, acima de tudo, a imposição da ordem e da disciplina, de forma unilateral, como forma de aprendizado.

Para Alexandre Ventura, doutor em Educação e professor da Universidade de Aveiro (Portugal), e Angela Uchoa Branco, doutora em Psicologia e professora orientadora de mestrado e doutorado na Universidade de Brasília, um paradoxo, já que, mais tarde a família, a escola e a sociedade aca-

bam cobrando desses mesmos alunos atitudes proativas em termos sociais e profissionais.

Há um desequilíbrio de poder que, conforme os palestrantes, pode ser corrigido a partir da escola, que deve ser um local de desenvolvimento do protagonismo infantil e juvenil. Para isso, é necessário dar voz aos alunos e tratá-los como parceiros de aprendizagem e de gestão na escola. Trata-se de empoderar os alunos numa lógica de vivência democrática em toda a educação básica.

O desenvolvimento de projetos para crianças de zero a três anos



Para a professora Tatiana Noronha de Souza, professora doutora do Departamento de Economia, Administração e Educação/FCAV/Unesp, é importante destacar a observação como instrumento fundamental para os professores conseguirem construir projetos que estejam em consonância com os desejos de experimentação das crianças. É necessário prestar atenção ao modo como elas resolvem os desafios e atri-

buem significados às próprias experiências. Os projetos dependerão dos tipos de questões a serem investigadas, que estarão ligadas às experiências prévias dos diferentes grupos e das possibilidades concretas da instituição.

A visão, o toque, o olfato, o paladar e o movimento devem estar integrados às experiências propostas, de maneira que as crianças possam utilizar todo o seu potencial expressivo.





Meio ambiente: sustentabilidade e consumo consciente

Segundo Doroty Martos, professora e mestre em Educação, refletir sobre a atuação e o papel que a escola deve exercer na sociedade como um espaço educador sustentável é uma iniciativa da qual os educadores não podem se eximir. É necessário estabelecer prioridades em torno das questões socioambientais e repensar as práticas de consumo, dentro e fora da escola, para garantir que o proces-

so de sustentabilidade se torne, de fato, realidade, com o engajamento de toda a sociedade.

“Nesse sentido, são necessárias mudanças de atitudes, dos padrões de produção, aplicação de conceitos sobre sustentabilidade e ampla discussão sobre as práticas de consumo consciente e educação ambiental”, disse Rubens Harry Born, ambientalista, engenheiro e advogado.

Formação do educador e valorização profissional

Não há como dissociar educação de qualidade da valorização de seus profissionais. É preciso garantir salários condizentes com suas atribuições e investimento na formação inicial e continuada dos educadores para que possamos alcançar, de fato, a educação que desejamos.

Porém, segundo Geraldo Peçanha de Almeida, professor, pedagogo e mestre em Letras/Literatura pela Universidade Federal do Paraná, e Bernardete A.

Gatti, pedagoga, doutora em Psicologia, pesquisadora e vice-diretora da Fundação Carlos Chagas, os professores não podem perder de vista que são eternos aprendizes. E que, diante da atual realidade, são impostos à profissão grandes desafios, que não se traduzem somente em ensinar conteúdos. Esses desafios também estão interligados à relação humana, em entender e saber lidar com as novas gerações de crianças e adolescentes.

Tecnologias, redes sociais e convivência em sala de aula



Para o doutor em Comunicação, José Manuel Moran, aliar a tecnologia à prática pedagógica tem sido um desafio constante para a educação, posto que, cada vez mais, crianças e adolescentes estão conectados às mais variadas redes sociais (Facebook, Whatsapp, Snapchat, Instagram, Youtube, entre outras), exigindo que esses recursos sejam incorporados e utilizados no cotidiano escolar, nas mais variadas disciplinas.

“Os alunos estão provocando os professores para que parti-

cipem de forma ativa desta realidade, planejando as aulas com o uso das novas tecnologias, porque, quando utilizadas de forma correta, contribuem positivamente no processo de ensino/aprendizagem, ampliando as possibilidades de pesquisas e comunicação, estreitando as relações entre os alunos e os professores”, destacou Glaucia da Silva Brito, professora doutora da Universidade Federal do Paraná, pesquisadora em tecnologias na educação.

Saberes necessários para a prática pedagógica



De acordo com Eduardo Carmelo, conferencista nacional em Recursos Humanos, para suportar as intensas mudanças nos próximos 10 anos é necessário criar estratégias de capacitação, na qual a atenção esteja focada não no ensinar, mas no fomento da aprendizagem autodirigida, que modifica o desempenho e transforma a realidade.

Para Nilbo Nogueira, mestre e doutor em Educação pela PUC-

SP, não podemos ficar alheios aos problemas da aprendizagem que, em muitos casos, tem sua origem nas questões familiares, sociais, culturais, econômicas, bem como na indisciplina, na falta de limite e na ausência de um trabalho educacional conjunto com a família. Por isso, insistir com o mesmo estilo de aula, com as mesmas práticas pedagógicas utilizadas e bem-sucedidas no passado, não é o caminho do sucesso.



Desafios dos gestores: a formação dos formadores



“Como instituição social, a escola precisa ser democrática, respondendo às necessidades da formação de profissionais competentes e seres humanos éticos, capazes de construir uma sociedade justa e com qualidade de vida para seus integrantes”, disse Vasco Moretto, mestre em Didática das Ciências pela Universidade Laval, Québec (Canadá) e licenciado em Física pela Universidade de Brasília (UnB), acrescentan-

do que o professor precisa estar preparado para transformar o aluno acumulador de informações em aluno pensador.

Cecília Hanna Mate, livre-docente da Faculdade de Educação da USP e mestre em Educação pela PUC-SP, destacou a importância do projeto pedagógico da escola na formação dos formadores, já que incluem experiências de professores, de alunos e dos próprios coordenadores e diretores.



Linguagens da infância e a importância do brincar

De acordo com Márcia Aparecida Gobbi, professora doutora da Faculdade de Educação da USP, “o desenho e a fotografia na infância são linguagens que podem ser reveladoras do cotidiano, à medida que, ao considerá-las em suas especificidades, é possível ocupar espaços expositivos e problematizar conteúdos”.

Mônica Appezzato Pinazza, mestre e doutora pela USP, completou que a possibilidade de construção de histórias com ele-

mentos capturados do mundo real numa versão e num roteiro muito próprios, o exercício da comunicação e a vivência do erro e de sua reparação sem censura dentro da brincadeira são condições que justificam definir o brincar como um dos eixos norteadores de uma pedagogia pautada na participação das crianças, apoiadas por adultos sensíveis, capazes de constituir com elas ambientes educativos enriquecedores.

Lidando com a inclusão no dia a dia escolar



Fotos: Fernando Cardozo

A discussão sobre inclusão está na ordem do dia. Por isso, segundo Maria Teresa Eglér Manton, doutora em Educação pela Faculdade de Educação e Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (Unicamp), as dificuldades e limitações devem ser reconhecidas. O ensino inclusivo se destaca pelo rompimento das fronteiras entre as disciplinas curriculares e a formação de redes de conhecimento e de significações. O que se pretende é a integração de saberes, o estímulo à descoberta e à inventividade. Par-

te-se de uma necessidade, de um valor, do interesse de aprender do aluno.

A pedagoga Luciana Vitor Cury lembrou que a inclusão precisa ir além de tratar o deficiente com igualdade, porque, na verdade, ele tem de ser tratado com equidade e o diretor, como gestor, tem de assumir esse importante papel na escola, garantindo que seja oferecida formação adequada a todos os profissionais de educação da unidade. “Os ganhos são significativos”, destacou.

A ética na construção de uma educação humanizadora

“Só a liberdade garante a ética na escola”, disse Clóvis de Barros Filho, professor livre-docente da USP e diretor do Espaço Ética, acrescentando que “a liberdade é condição da reflexão moral, pois a conduta só pode ser objeto da moral quando for livremente deliberada. Esta é a perspectiva em que a moral e a coerção se excluem e, portanto, a liberdade seria uma espécie de pré-requisito para que a conduta tenha alguma relevância para a reflexão ética”.

Sonia Maria Pereira Vidigal, pedagoga, mestre e doutora pela Faculdade de Educação da USP, afirmou que a dimensão ética não se desenvolve apenas na escola, mas a instituição escolar é um local propício para a discussão e a reflexão de temas éticos. “Não somente quando se almeja uma educação integral que não se restrinja à dimensão cognitiva, mas também porque essas reflexões versam principalmente sobre temas de convivência e de relações interpessoais.”





A gestão e uma cultura de educação para todos

Para o economista e professor da USP, Ladislau Dowbor, não faz sentido pensar a transmissão de conhecimento da cabeça do educador para a cabeça do estudante. É preciso dar ao aluno ferramentas para que ele entenda o que é relevante e o que não é, para que aprenda a organizar sua memória científica. “O professor se converte em um articulador de potenciais”.

Segundo Dowbor, quando a escola assume o papel de articu-

ladora do conhecimento e formuladora de perguntas passamos a ter um outro conceito de sala de aula. Da mesma forma, quando o aluno está interessado em algo e o professor dá instrumentos para que ele pesquise; quando se trabalha por problemas e não por matérias, em tempo corrido e não em fatias de 50 minutos; ou quando o professor ajuda nas metodologias e não ensina a resposta”, completou.

Como as relações de gênero interferem na escola

Mestre e doutorando em Educação pela USP e ativista LGBT, Lula Ramires ressaltou que, apesar das mudanças ocorridas na sociedade atual, ainda se sobressaem as desigualdades sociais, posto que os homens, entre outros aspectos, continuam tendo mais poder, exercem mais direitos e têm salários maiores. Uma discussão que não pode ser deixada de fora do currículo, do projeto político-pedagógico e da avaliação crítica

quanto às interações que ocorrem dentro e fora da escola.

Precisamos rever estes conceitos e construir novas práticas pedagógicas pautadas na igualdade de gênero, oferecendo as mesmas oportunidades a ambos. Isso democratizará definitivamente a escola e, por extensão, a própria sociedade. Seremos diferentes nos aspectos individuais, mas socialmente iguais em dignidade e direitos”, disse.



Onde estão os negros de São Paulo pós-abolição?



Segundo Juarez Tadeu de Paula Xavier, professor doutor da Unesp e coordenador do Núcleo Negro Unesp para Pesquisa e Extensão, o Brasil ostenta os mais altos índices de violência entre as principais economias do mundo: em 2015 foram 56 mil homicídios (Mapa da Violência). Cerca de 80% dos jovens negros, mulheres negras e pobres compõem o perfil das vítimas da violência sistêmica.

Luís Ketu, graduado em Letras (USF) e Pedagogia (Unimes), revelou que existem hoje no Brasil mais de cinco mil comunidades quilombolas descendentes dos escravos. A maioria localizada em áreas rurais, lutando para que o governo reconheça e demarque as mais de três mil áreas que ainda não estão regularizadas. Lutam também contra o racismo, a alta taxa de homicídios, os conflitos agrários, entre outros.

O fortalecimento do trabalho coletivo e as inter-relações



A sociedade atual vem se dando conta da importância do trabalho coletivo e das inter-relações. Nesse sentido, a professora, mestre e doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP, Magda Branco, explicou que para obter bons resultados é imprescindível entender que tudo passa e perpassa pela relação intrapessoal. Ou seja, pela relação estabelecida entre o sujeito da ação e seus conteúdos emocionais conscientes e inconscientes. Daí a impor-

tância do autoconhecimento.

Flávio Tonnetti, professor doutor do programa de Pós-graduação em Educação da Unit, completou que, para estabelecer dinâmicas significativas de trabalho coletivo, o desafio dos profissionais da educação passa a ser o de criar estratégias de engajamento individual para que haja articulação de diferentes indivíduos, em ações que combinem e recombinem, visando ao resultado que, por sua vez, também é planejado e executado coletivamente.

O empoderamento feminino na sociedade atual



Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro, antropóloga, docente da Unesp/IGCE, afirmou que vários estudos têm apontado, ao longo dos anos, a importância da mulher nos espaços de poder como ponto fundamental para garantir a diversidade e a implementação de políticas públicas. Mas ainda existe um longo caminho para garantir igualdade de gênero.

Nesse sentido, entre os princípios básicos para o empoderamento feminino, a jornalista e

mestre em direitos humanos e democratização, Maria Hehder, destacou: estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero; tratar homens e mulheres de forma justa no trabalho (respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação); promover a educação; a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres, garantir a saúde, segurança e bem-estar de todos os trabalhadores e promover a igualdade através de iniciativas e defesa comunitária.

A crise política e suas consequências para os servidores e o serviço público

As medidas pretendidas pelo governo federal com a PEC 241/16 e o PL 257/16 implicam em perdas de direitos para todos os trabalhadores. José Marcelino de Rezende, mestre e doutor pela Universidade Estadual de Campinas, licenciado em Física pela USP, enfatizou que os efeitos da PEC colocam sobre ombros dos trabalhadores o ônus do ajuste fiscal. “No caso da educação, em que mais de 80% dos recursos são destinados ao pagamento de pessoal, o resultado desse pro-

cesso é um achatamento dos salários, precarização das condições de trabalho, com consequências diretas para a qualidade do ensino oferecido”, afirmou.

Antônio Augusto de Queiroz, jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap, completou que o reflexo da crise sobre os servidores e os serviços públicos, com corte orçamentário e a proibição de contratação de novos servidores, será enorme, com prejuízos para toda a sociedade.



Família e escola: a dimensão do pertencimento

Para as palestrantes Jane Patrícia Haddad, pedagoga, mestre em Educação e escritora, e Mariangela Mantovani, psicóloga clínica e educacional, sexóloga e escritora, é preciso refletir sobre o processo dinâmico da interação das instituições família e escola num contexto em que a família ganhou novas estruturas. Hoje, esta importante instituição tem outras composições: pode ser monoparental, homoafetiva; re-

composta com padrasto, madrasta e filhos de ambos; homens e mulheres que adotam filhos sozinho ou mesmo a produção independente. Porém, continua sendo o primeiro ambiente de aprendizagem.

Nesse processo de interação é necessário, acima de tudo, o respeito ao outro, o controle dos impulsos, a consciência de responsabilidade na vida, na cidadania e humanidade.

A avaliação da produção da escrita, seus desafios e possibilidades



Não há como a escola transformar os alunos em cidadãos pensantes e agentes da própria história sem passar pelos processos da produção da escrita. Vários são os desafios e as possibilidades encontradas pelo caminho.

Cipriano Carlos Luckesi, doutor em Educação, licenciado em Filosofia e mestre em Ciências Sociais, ressaltou que o educador, como gestor da sala de aula, deve usar a avaliação da produção da escrita como recurso subsidiário de suas decisões para o encaminhamento da ação pedagógica. Porém, segundo ele, o desafio está

em o educador utilizar a avaliação e não a prática dos exames, porque a avaliação subsidia decisões dinâmicas e construtivas, enquanto os exames subsidiam decisões estáticas e seletivas.

Numa outra perspectiva, o professor da Faculdade de Educação da USP, Ocimar Munhoz Alavarse, afirmou que São Paulo tem uma das melhores redes de ensino do mundo e que, apesar das dificuldades de condições em várias localidades, existe sempre a necessidade e a possibilidade de os alunos aprenderem, porque ele têm necessidade de novas conquistas.

O papel educativo do Quadro de Apoio



Assim como os docentes e gestores, os profissionais do Quadro de Apoio tem papel fundamental dentro da escola, onde, segundo Janaina Maudonnet, doutoranda em Educação pela USP, o respeito, o diálogo e o bem comum são valores a serem perseguidos. Valores esses que oferecem aos alunos modelos de ser e estar na sociedade regida por relações humanas e respeitadas.

“Todos os adultos, de forma consciente ou não, estão impli-

cados no coletivo da instituição e na formação das crianças, pois todos são modelos de relação e compartilham práticas sociais e formas de pertencimento. Daí a necessidade de um projeto refletido coletivamente, com a participação de todos e em que todos possam assumir seu papel tanto de formadores das novas gerações como construtores de um ambiente mais justo e solidário no cotidiano das instituições”, disse.

O espírito lúdico e o direito de brincar



Fotos: Fernando Cardozo

Direito assegurado em leis, entre elas a LDB e a Constituição Federal de 1988, brincar tem função essencial para o desenvolvimento integral de toda criança e tem de ser garantido dentro e fora do espaço escolar, “porque brincando a criança constrói conhecimentos, tem acesso a bens culturais, trazendo as experiências construídas coletivamente para a sua síntese individual”, ressaltou Fátima Balthazar, professora, arte-educadora, especialista em técnicas em artes dramáticas e metodo-

logia do ensino da arte.

Para completar, o músico, compositor e educador musical, Shauan Bencks, afirmou que o brincar e a música atuam diretamente na tomada de consciência, na emancipação do ser, transformando o momento em uma grande oportunidade de educação, lúdica, divertida e muito significativa. Ele demonstrou, na prática, a importância da brincadeira no convívio, desenvolvimento e aprendizado das crianças de forma lúdica.



Gestão escolar e mediação de conflitos

O mediador de conflitos precisa ter algumas características específicas: ser bom ouvinte, capaz de estabelecer o diálogo, ser sociável, ser imparcial, ter cuidados com as palavras, ter postura educativa e trabalhar com o paradigma da responsabilização.

Dentro dessa discussão, Karine de Lima, professora da rede municipal e mestrandia em Educação, e Telma Vinha, pedagoga, professora da Unicamp e doutora em Educação, falaram da im-

portância de incluir a mediação de conflitos no currículo. “É preciso que se estude e planeje coletivamente o convívio na escola da mesma forma que é feito em relação às demais áreas do currículo. Contudo, esse processo não pode ser iniciativa isolada de um professor, gestor ou pequeno grupo, mas sim institucional, discutindo quais os principais problemas e as melhores propostas de intervenções curativas e preventivas”, afirmaram.

Educação integral: afinal, do que estamos falando?

Discutir os prós e contras da educação integral, seus avanços, implicações e possibilidades. Para Cleuza Pulice, graduada em Educação Física e Psicologia pela Unesp e técnica da SEE no Programa Ensino Integral, nesse processo, algumas aprendizagens são importantes para que o aluno perceba que o seu caminho se conecta com um projeto coletivo de sociedade que queremos construir.

“O programa busca a forma-

ção de cidadãos éticos, aptos a administrar suas competências e habilidades superando as expectativas de sua comunidade, que por sua vez, deverá ter a corresponsabilidade com uma educação de qualidade. É preciso, portanto, buscar uma educação que abranja a multidimensionalidade dos indivíduos e atue em sua formação plena como estudantes protagonistas e cidadãos transformadores” disse.



Categoria aprova reivindicações e Plano de Lutas

Submetido à discussão durante o Congresso, o Plano de Lutas da categoria foi aprovado pela maioria dos participantes das plenárias, com alguns acréscimos apresentados por proponentes de outras teses, considerando o histórico das ações implementadas pelo SINPEEM e o momento político de duro ataque aos serviços públicos e aos direitos dos servidores.

Vale destacar que, durante as campanhas salariais de 2015 e 2016 lutamos contra a aprovação do Projeto de Lei nº 558/15, que dispõe sobre a criação do Regime de Previdência Complementar e, com a manifestação que realizamos em 26 de agosto, obrigamos o prefeito Haddad a retirar a proposta da Câmara Municipal. Uma importante vitória, mas o risco continua e precisamos ficar atentos e lutando sempre para manter os atuais servidores, ativos e aposentados, e os futuros servidores municipais vinculados ao Regime Próprio de Previdência, sob a gestão do Ipem e garantir isonomia entre ativos e aposentados.

Também participamos, nos dias 13 e 22 de setembro, de manifestações convocadas pela CUT e as demais centrais sindicais contra o PL 257/16 – que dispõe sobre a renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal, condicionando-a à não concessão de reajustes, realização de concursos e aplicação de direitos por dois

anos, além de obrigá-los a criar Regimes de Previdência Complementar e de elevar o desconto previdenciário –; contra a PEC 241/16, que cria o "Novo Regime Fiscal", impondo teto para a variação das despesas primárias dos poderes e órgãos da União, nos próximos 20 anos, com consequências danosas para a educação, a saúde e a seguridade social, também realizamos manifestações; contra as reformas previdenciária e trabalhista e contra o ensino médio. Participamos, ainda, de ato na Praça da República, no Dia Nacional de Greve, em 11 de setembro, convocado pela CUT.

Nossa luta tem sido permanente e temos buscado construir ações unitárias com todo o movimento sindical, posto que os governos avançam com suas políticas de retirada de direitos dos trabalhadores públicos e privados.

Aprovamos no 27º Congresso que a CNTE, a CUT e as demais centrais sindicais têm de assumir o comando das mobilizações e que "Nenhum direito a menos!" deve ser a bandeira para unir todos os trabalhadores públicos e privados.

Também aprovamos as nossas reivindicações e o Plano de Lutas por nossos direitos e também dos demais trabalhadores, com as seguintes reivindicações e ações a serem executadas em conjunto com a CUT e as demais centrais sindicais:

- a) não à PEC 241/16;
- b) não à desvinculação das receitas destinadas à educação;
- c) fim da bolsa empresário, que custa R\$ 224 bilhões aos cofres da União, e contra a reforma fiscal, com ônus que recaem sobre os trabalhadores;
- d) fim das desonerações, anistias fiscais e isenções para empresas, bancos e financeiras;
- e) não ao PL 257/16, que repassa os custos da renegociação das dívidas dos Estados e Distrito Federal para os serviços e os servidores públicos;
- f) não às reformas previdenciária e trabalhista;
- g) prevalência do legislado sobre o negociado, para que não haja retirada de direitos;
- h) não à instituição de Regime de Previdência Complementar e aumento do desconto previdenciário;
- i) defesa da escola pública estatal, gratuita, laica e de qualidade social;
- j) não aos projetos de lei que querem instituir a proposta de "Escola sem partido";
- k) não à proposta de reforma do ensino médio;



Gracia Donegati

Entre os itens aprovados está a participação em manifestações, paralisações e greves convocadas pela CUT e demais centrais sindicais

- l) contra a desvinculação de receitas para a educação, saúde e seguridade social;
- m) contra as parcerias, terceirizações e privatizações da educação;
- n) verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas;
- o) nenhum direito a menos e atendimento às reivindicações aprovadas por este Congresso e ratificadas por nossas assembleias.

Além dessas reivindicações gerais e específicas dos Quadros do Magistério e de Apoio à Educação, aprovamos os seguintes encaminhamentos e calendário de luta:

1 - atuar pela unidade dos trabalhadores para lutar contra as reformas e retiradas de direitos;

2 - propor à CUT e à CNTE que convoquem e realizem o dia nacional de paralisação contra a desvinculação de receitas da educação e defesa da aposentadoria dos servidores e especial do magistério;

3 - propor aos sindicatos, à CUT e às demais centrais a realização de paralisação e manifestação no dia 25 de novembro, na avenida Paulista, contra as reformas de Temer e em defesa dos serviços e dos servidores públicos;

4 - propor à CUT que organize e convoque a greve geral dos servidores públicos contra a PEC 241, o PL 257 e o desmonte dos seus direitos previdenciários;

5 - entregar ao prefeito Dória, após a sua posse, em 01 de janeiro, a nossa pauta de reivindicações;

6 - encaminhar a nossa pauta de reivindicações para todos os associados, indicando a realização de discussão em todas as unidades e organização da nossa luta contra qualquer ameaça do novo governo de ataque aos nossos direitos e por atendimento às nossas reivindicações;

7 - realizar as primeiras reuniões de representantes e do Conselho em fevereiro, para organizar assembleias, com paralisação e greve, em defesa dos nossos direitos e reivindicações.

8 - participar de todas as lutas, manifestações, paralisações e greve geral convocadas pela CUT e demais centrais sindicais.

Regimento aprovado pela maioria determina a ordem dos trabalhos do Congresso do SINPEEM

Na atual crise política e econômica do país, durante o 27º Congresso tiveram prioridade os debates, bem como a aprovação do Plano de Lutas, para defender a educação pública e os direitos de seus profissionais contra a PEC 241/16, o PL 257/16, e as reformas previdenciária e trabalhista que o governo federal quer aprovar. Propostas que atacam aos direitos dos servidores públicos, dos profissionais de educação, trabalhadores em geral e, conseqüentemente, da população.

Educação, saúde e seguridade serão as maiores vítimas do congelamento de investimentos por um período de 20 anos e da desvinculação de receitas determinadas pelo "Novo Regime Fiscal" que o governo Temer quer instituir. Crime que precisa de unidade e luta para ser barrado.

Categoria rejeitou ação violenta e divisionista da oposição

Infelizmente, uma minoria de oposição ao SINPEEM, agressiva e desrespeitosa à vontade e decisão da maioria dos congressistas, desde a instalação do evento, deixou claro que seu interesse maior era dividir e não unir a categoria para lutar por seus direitos.

Apesar de alardearem, como um mantra, que são contra o golpe, durante o 27º Congresso agiram de forma diferente. Não acataram as propostas e encaminhamentos aprovados pela absoluta maioria dos participantes nas plenárias compostas de congressistas eleitos em suas unidades. Tentaram, a todo custo, impor seus métodos e vontades. Não respeitaram os palestrantes, os funcionários do sindicato, os prestadores de serviços, os coordenadores dos grupos temáticos, a mesa diretora das plenárias e a Diretoria, legitimamente eleita pelos associados ao sindicato.

Maioria decidiu debater educação

Tendo suas atitudes e propostas rejeitadas por maioria absoluta, em votações democráticas, durante as plenárias os militantes de oposição resolveram afrontar, desrespeitar e partir para a violência, mesmo os congressistas tendo repetido por três vezes a votação e aprovação de que, após o debate e deliberação de questões relacionadas à política geral e ao Plano de Lutas que contém, inclusive, encaminhamentos por eles apresentados, deveria o congresso debater a educação e as questões funcionais, direitos da nossa categoria e ações para nos defender também de propostas e programas do prefeito eleito, que assumirá em 01 de janeiro de 2017. Atitudes totalmente antidemocráticas.



Violência e desrespeito da oposição não dividirão o SINPEEM

Cerca de quatro mil participantes, que foram ao congresso com o claro interesse em participar do maior e bem estruturado congresso de educação, sob a responsabilidade do SINPEEM, repudiaram as agressões e violência desta oposição. Deixaram claro que eles não representam a categoria. Exigiram que respeitassem a mesa diretora e registraram, votando, com aprovação da maioria absoluta, repúdio às suas atitudes.

A ação violenta e desrespeitosa desta oposição não conseguirá impedir a categoria de participar dos debates nos grupos de interesse, plenárias e atividades culturais.

Também não conseguiu impedir a aprovação de um Plano de Lutas com as nossas reivindicações e ações contra projetos do governo Temer, do atual e do futuro prefeito.

Apesar da violência e do desrespeito da oposição, os participantes do congresso disseram: **NENHUM DIREITO A MENOS!**

Veja na página 13 os depoimentos de alguns participantes.



Grupos de oposição tiveram tempo para expor suas propostas ao plenário



Oposição se reuniu antes das plenárias para preparar suas ações



“Esse pessoal não aceita nada e desrespeita totalmente a decisão da maioria que participa de um evento com este, que tem ótima organização e logística.”

Martha Milan Menezes



“O SINPEEM investe muito em atividades e apresentações, por isso, até me aposentar continuarei participando do congresso. O problema é que as críticas desse pessoal de oposição se tornaram pessoal, com o presidente. Se eles querem mudar, ganhem a eleição.”

Vitória Martins Guriatti



“O congresso é muito bem organizado e se o presidente está neste cargo é porque foi eleito legitimamente. Não foi imposto e esse pessoal quer levar vantagem em tudo e fica irritado porque querem tomar conta do sindicato, mas não consegue vencer nas urnas.”

Maria de Fátima Augusto Calvo de Lima



“Não me senti representada, me senti violentada, porque ofenderam a todos. Querem impor a opinião deles a força. Eles se esqueceram da instituição. Ficou claro que a questão é pessoal. Em nenhum momento pensaram em nós como educadores.”

Sílvia Neia da Silveira



“Os grupos de interesse abordaram temas pertinentes ao nosso dia a dia. Pena que pessoas oportunistas acham brechas para tumultuar e desrespeitar a todos os participantes deste importante evento.”

Fernanda Aparecida Estavam



“A organização do congresso está a contento, foi tudo muito bom. Mas, infelizmente, não existem outras palavras para definir o ocorrido na plenária além de ‘lamentável, vergonhoso’. Não respeitaram a decisão da maioria.”

Simone Amaral Sigim



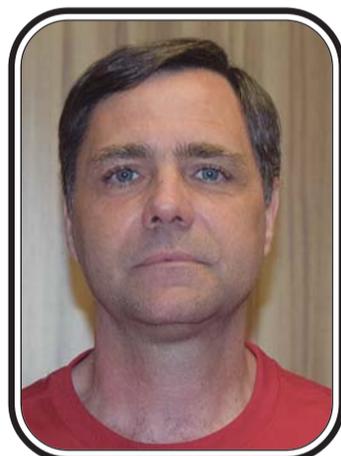
“Esse pessoal diz que preza a democracia e faz o oposto, de forma brutal. Eu me senti ofendida. Independentemente do partido que o presidente tivesse sido eleito vereador, a reação deles seria a mesma, porque mesmo quando o presidente concorda, eles protestam”.

Maria Aparecida Souza



“Adorei as palestras e as atividades oferecidas, mas a atitude de um pequeno grupo, que infelizmente não representa a maioria, foi constrangedor. Desrespeito total a todos os participantes do congresso.”

Luciana Aparecida Tavares de Oliveira



“Para mim, a dinâmica mesclando a parte teórica com atividades culturais e sindical tem de ser mantida. Porém, o tumulto na segunda plenária foi lamentável. É preciso evitar agressões e manter o respeito a todos.”

José Luís Amaral



“O tumulto na plenária foi uma demonstração clara de que o problema é pessoal, com o presidente mesmo, porque o que fizeram é diferente de fazer o debate de forma organizada. Não existe sindicato igual ao SINPEEM, de luta, e se este sindicato tem dado certo é porque é bem conduzido.”

Lucimar Sorato Escudeiro Rodrigues



“A oposição é necessária em qualquer instância, mas o que aconteceu nesse congresso foi irresponsabilidade e inconsequente, colocando em risco a idoneidade deles mesmos e dos demais. Como ousam dizer que o sindicato é antidemocrático se eu fui eleito na minha unidade para participar do congresso sem intervenção do sindicato. Não vieram para debater o Plano de Lutas e organizar a categoria para os enfrentamento com o governo.”

Paulo Cezar Barbosa



“Muito triste o que aconteceu no congresso, que é um evento tão importante para a categoria e bem estruturado. O movimento feminista transformou a plenária em baderna. Não reconhecem a história de luta do SINPEEM.”

Kátia Batista Milano Martins



“Estou indignada com o comportamento da oposição. Conheço o presidente do SINPEEM desde 1981 e posso atestar que ele nunca assumiu uma postura machista como o acusaram. Eleito pela categoria, sempre soube conduzir o SINPEEM. O que eles precisam é de amor e respeito a todos.”

Rosemeire da Conceição Ambrósio



“Num momento tão importante para formação, vi uma minoria desrespeitar a decisão da maioria. Precisamos ter postura de educadores dentro e fora da escola. Por isso, me senti destruída como mulher e professora. Este momento é de união, não de segregação. Se não pensamos como categoria agora, depois não adiantará.”

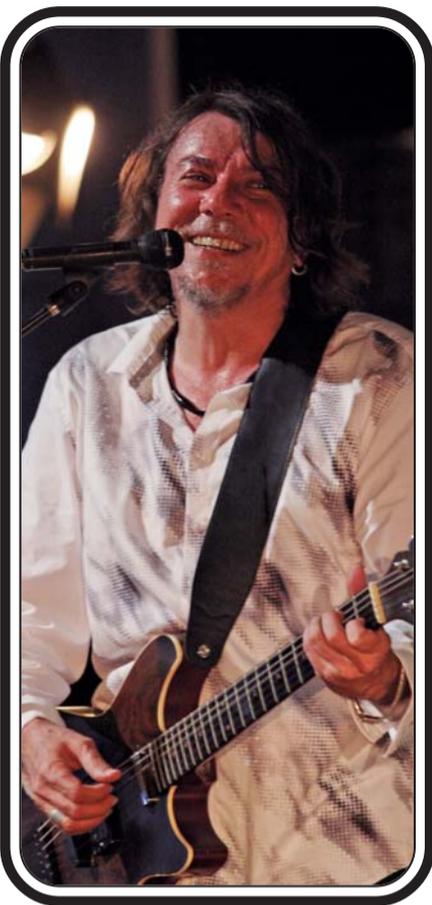
Maristela Garcia Cassimiro



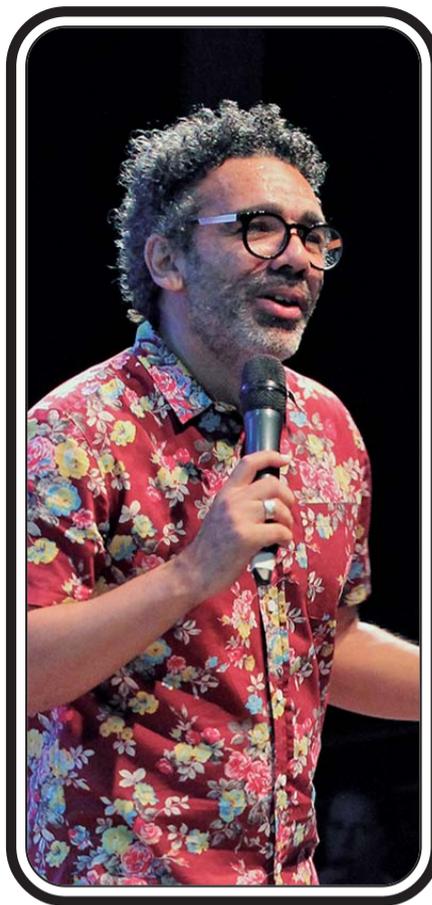
“Não tenho partido. Não sou Claudio, não sou Dória. Sou professora. As pessoas estão com os ânimos tão exaltados que qualquer coisa vira rastilho de pólvora e muitos se aproveitam para fomentar esses momentos de baderna. A discussão tem de existir, mas, acima de tudo, o respeito deve prevalecer.”

Karla Fabiane Ramos Leite

Atividades culturais variadas durante todo o evento



Show do cantor e compositor Lenine contagiou a plateia



Simoninha se apresentou no primeiro dia do evento



Dan Stulbach no espetáculo "Morte acidental de um anarquista"



A Emef Mário Schomborg homenageou Noel Rosa no Projeto Musicando

Fotos: Fernando Cardozo

Os congressistas foram recepcionados todos os dias com a boa música do saxofonista Zico Oliveira e a voz e violão de Renato Consorte, que tocou clássicos da MPB.

No palco da MAC, apresentações do grupo de maracatu Bloco de Pedra; do Projeto Musicando, da Emef Mário Schomborg, que homenageou Noel Rosa; do sarau Encontro de Utopias e do cantor Rodrigo Viana.

No Auditório Celso Furtado, as apresentações variaram entre a música experimental do AcquaDuo, o show do cantor Simoninha, a apresentação da Cia Fusion de Danças Urbanas, o espetáculo teatral "Morte acidental de um anarquista" e o show de encerramento com o cantor e compositor Lenine.

A 14ª Mostra de Arte e Cultura do SINPEEM trouxe os grafiteiros Thiago Vaz, André Mogle e Lucas Mesi. Ligado a vários movimentos, principalmente ao Hip Hop, o grafite surgiu na década de 1970, em Nova Iorque (EUA), evoluindo com técnicas e desenhos nos quais os artistas usam uma linguagem intencional para interferir na cidade, aproveitando espaços públicos.



Oficinas despertaram interesse

A Cia Bambolística buscou despertar vivências lúdicas, percepções sobre o corpo, o tempo, o movimento e o espaço.

Já a artista plástica Giselle Rivoire ensinou os congressistas a confeccionar, criar e decorar os mais variados modelos de máscaras.

Na feira, além de uma variedade de produtos, entre eles brinquedos lúdicos e artesanato, as livrarias e editoras expuseram os mais variados títulos para todos que apreciam uma boa leitura.



Grafites, bambolês e máscaras: MAC apresentou exposição e atividades variadas aos participantes

Profissionais de educação têm reajuste de 5,39% em novembro

Neste mês serão aplicados sobre todos os padrões de vencimentos dos docentes, gestores e Quadro de Apoio, ativos e aposentados com paridade, o percentual de 5,39%. Será a terceira parcela do índice total de 15,38%, conquistados em função da luta do SINPEEM, em 2014.

Vale ressaltar que, em maio deste ano, todos os padrões dos profissionais de educação foram reajustados em 3,74%. Também em maio e no mês de agosto, os pisos da categoria foram reajustados em 3,7160%, índices que serão incorporados em 2017 e 2018.

Direito aos reajustes constam em lei, conquistada com a luta da categoria

Todos estes reajustes obtidos pela ao longo dos últimos anos foram conquistados em função da luta da categoria, que realizou manifestações, paralisações e greves, todas mobilizadas pelo SINPEEM, sindicato da educação com maior representatividade na Capital e um dos maiores do país. São direitos previstos no artigo 100 da Lei nº 14.660/2007, que dispõe sobre a valorização profissional, mediante piso salarial, fixado anualmente, no mês de maio, em negociação coletiva e submetido à aprovação da Câmara Municipal, e reajustados de acordo com a legislação que rege os aumentos salariais do magistério municipal.

A lei também prevê a garantia de proteção

STF determina desconto dos dias parados de servidores públicos que entrarem em greve

Em outubro, por seis votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores públicos que entrarem em greve podem ter o salário imediatamente cortado, como já acontece na iniciativa privada.

Porém, os ministros deixaram aberta a possibilidade de acordo para que o salário seja pago mediante a reposição dos dias não trabalhados.

No julgamento, os ministros reafirmaram a tese de 2007 do STF, na qual ficou decidido que as regras de greve para servidores públicos devem ser aplicadas conforme as normas do setor privado, já que não há lei específica. O direito de greve no setor público está previsto na Constituição de 88, mas até hoje o Congresso não editou a regulamentação.

da remuneração, em especial contra os efeitos inflacionários.

Incorporações

Com novo governo municipal, em 2017 a nossa luta continuará. Conforme aprovado em nosso Plano de Lutas, logo no início da administração Dória entregaremos ao governo municipal a nossa pauta de reivindicações e pressionaremos para que a lei seja cumprida, posto que a categoria tem garantidos para o próximo ano reajustes de 5% em maio e 3,7160% em novembro. Para 2018 as incorporações serão de 4,7619% em maio e 3,7160% em novembro.

Continuaremos lutando por melhores condições de trabalho, saúde e segurança, valorização profissional e salarial de todos os profissionais de educação, isonomia entre ativos e aposentados, redução do número de alunos por sala/turma/agrupamento, ampliação da rede física, contra o registro dos professores de Educação Física no Cref, redução da jornada de trabalho do Quadro de Apoio sem redução dos salários, realização de concurso público, fim das salas mistas, contra o Sampaprev, contra a PEC 241/16, contra o PL 257/16, as reformas trabalhista e previdenciária e contra a reforma do ensino médio.

Observação: a projeção de todas as tabelas e a pauta de reivindicações está disponível no site www.sinpeem.com.br

Para a CUT e demais centrais sindicais, a decisão do Supremo fere o princípio de democracia, ameaça o direito de greve e deixa os servidores públicos sem opção para pressionar os governos nas negociações dos reajustes salariais.

Nenhum governo garante o pagamento dos dias parados. Pelo contrário, a ameaça de corte dos dias de greve é instrumento de pressão do qual o governo lança mão para dificultar a união dos trabalhadores.

O SINPEEM defende o direito de greve. Independentemente do governo e de partido, sempre lutou e conquistou o pagamento dos dias de paralisação e de greve para a categoria e intensificará a luta para garantir esta importante conquista.

EXCURSÕES

JANEIRO DE 2017 (FÉRIAS)

NACIONAIS - RODOVIÁRIOS

BARRA BONITA - UM DIA - FERIADO DE 25/01

Valor: em até 4 x de R\$ 75,00

CALDAS NOVAS (GO) - 07/01 A 13/01

Valor: em até 10 x de R\$ 236,00

FLORIANÓPOLIS (SC) - 05/01 A 12/01

Valor: em até 10 x R\$ 236,00

NACIONAIS - AÉREOS

CALDAS NOVAS (GO) - 08/01 A 13/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 336,00

SALVADOR COM MORRO DE SÃO PAULO (BA) - 08/01 A 15/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

ARACAJU (SE) - 10/01 A 17/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

JOÃO PESSOA (PB) - 10/01 A 17/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

RECIFE COM PORTO DE GALINHAS (PE) - 10/01 A 17/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

ALTER DO CHÃO - BELÉM DO PARÁ E MARAJÓ (PA) - 10/01 A 17/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 490,00

LENÇÓIS MARANHENSES (MA) - 10/01 A 17/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

FORTALEZA COM JERICOCOARA (CE) - 12/01 A 19/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

FOZ DO IGUAÇU (PR) - 14/01 A 19/01

Valor: a partir 10 x de R\$ 310,00

BONITO (MS) - 14/01 A 20/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 290,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 396,00

NATAL (RN) - 22/01 A 29/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

MACEIÓ (AL) - 22/01 A 29/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 430,00

VITÓRIA E GUARAPARI (ES) - 21/01 A 25/01

Valor: a partir de 10 x de R\$ 230,00

Com meia pensão e 5 passeios: a partir de 10 x R\$ 330,00

FÉRIAS DE JANEIRO: consulte todas as opções nacionais e internacionais no site www.viagenshorizontes.com.br

As inscrições são feitas por ordem de chegada, pessoalmente, na rua Marquês de Itu, 88 - sala 03 Metrô República - saída Caetano de Campos FONE/FAX: 3221-3346

MANDE E-MAIL E TIRE SUAS DÚVIDAS

legislacao@sinpeem.com.br

Legislação, informações sobre a vida funcional dos profissionais de educação e aposentadoria.

Não à PEC 241/16, que retira direitos

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/16, já aprovada na Câmara dos Deputados e que tramita no Senado com novo número (PEC 55/16), institui o novo regime no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social da União, que vigorará por 20 anos.

Para cada exercício fiscal, ficam estabelecidos limites individualizados para as despesas primárias dos poderes e órgãos da União: Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Conselho Nacional do Ministério Público e Defensoria Pública da União.

Para o exercício de 2017 o limite para a despesa primária será determinado pela despesa primária paga no exercício de 2016, corrigida em 7,2%. Nos anos posteriores a correção se dará pelo IPCA dos 12 meses, encerrada em junho do exercício anterior.

Após debates sobre os efeitos das pressões realizadas até aqui pelo movimento sindical, em particular dos educadores, na votação ocorrida na Comissão Especial e depois no plenário dos deputados, a aplicação da PEC à educação e à saúde foi adiada para 2018.

No entanto, os efeitos sobre a educação, saúde e seguridade social são desastrosos e criminosos, ainda que adiados para ter início a partir de 2018.

A fixação de teto para as despesas primárias somente por meio da correção pela inflação, ignorando a evolução das receitas, implicará em desvinculações orçamentárias constitucionais. Para a educação, por exemplo, são obrigatórios 18% das receitas correntes líquidas do orçamento da união e, para a saúde, 15%.

A partir de 2018, com a fixação de teto para as despesas primárias corrigidas pelo IPCA do ano anterior, o governo federal pode descumprir estes percentuais. O descumprimento poderá perdurar por 20 anos, impondo perdas de recursos que devem ser destinadas para despesas com pessoal, custeio do sistema de educação, de saúde e de seguridade social.

Consequência pelo descumprimento do limite imposto pela PEC 241/16

A PEC 241/16 se aplica aos poderes e órgãos da União. Tem, obviamente, efeito no financiamento do sistema nacional de educação, saúde e seguridade social. Estados e Municípios não ficarão imunes aos seus desastrosos efeitos.

Ao poder e/ou órgão da União que descumprir o limite para as despesas primárias fixado pela variação da inflação fixada se aplicarão, até

o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites, as seguintes sanções:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Emenda Constitucional;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares;

VII - criação de despesa obrigatória; e

VIII - adoção de medida que implique em reajuste de despesa.

Adicionalmente a essas sanções, no caso de descumprimento do limite de que trata a PEC, ficam também vedadas à União:

I - a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como a remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem em ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

II - a concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária; e

III - a concessão da revisão geral prevista no inciso X do caput do artigo 37 da Constituição.

Vedações impostas pela PEC 241/16 não se aplicam aos Estados e Municípios

Não há dúvidas de que a fixação de teto para as despesas primárias para os poderes e órgãos da União tem seus efeitos para todos os Estados e Municípios. A desvinculação de receitas da União destinadas à educação implica em queda nos valores repassados. O mesmo ocorrerá para a saúde e assistência social.

No entanto, ao contrário do que se tem largamente divulgado, as vedações, quando o limite fixado para as despesas primárias for excedido, recairão sobre os poderes e órgãos da União.

Não haverá vedação para os Estados, Distrito Federal e Municípios quanto à criação de cargos, realização de concursos, reajustes, criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, quinquênios, sexta parte, aplicação de direitos de carreira etc.

Essas vedações estão contidas no Projeto de Lei nº 257/16, que dispõe sobre a renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União.

Devemos lutar para que prefeitos e governadores não usem a PEC 241 como justificativa para a retirada de direitos e não atendimento às reivindicações

Todos os servidores públicos, de todas as esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e demais trabalhadores têm de lutar contra a PEC de Temer. Afinal, os seus efeitos, com o congelamento de investimentos nos próximos 20 anos, são desastrosos e se trata de ação criminosa do governo.

Além da tarefa de lutar contra a aprovação e aplicação da PEC 241, caso a PEC seja aprovada, temos de evitar que os governos a utilizem estendendo as vedações previstas para no caso de os poderes e órgão da União ultrapassarem o teto limite das despesas primárias fixadas por esta Emenda Constitucional.

.....

NÃO MEXAM NOS NOSSOS DIREITOS!

Estas são as nossas palavras de ordem, independentemente de governo e de partido.

Juntos somos fortes!



REMETENTE:
Av. Santos Dumont, 596 - Luz
São Paulo - SP - Fone 3329-4500
CEP 01101-000

FECHAMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELA ECT

Para uso dos Correios

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico | |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

responsável

Mala Direta
Postal Especial
9912252003/2010-DR/SPM
SINPEEM
Correios

